

**BERLESI, Josué\***

<https://orcid.org/0000-0002-5719-0349>

**RESUMO:** O presente artigo pretende analisar como determinados livros didáticos abordam a história antiga de Israel e Judá, tentando estabelecer uma linha de continuidade histórica entre o “Israel antigo” e as comunidades judaicas do mundo contemporâneo - continuidade essa que, evidentemente, não pode ser demonstrada historicamente. O objetivo deste trabalho, contudo, não reside na mera crítica ao material didático, mas visa apresentar propostas de trabalhar as temáticas em tela de maneira mais alinhada aos avanços contemporâneos da pesquisa acadêmica. Igualmente, destaca-se a importância de se trabalhar esses conteúdos no ambiente escolar como forma de problematizar uma leitura fundamentalista do texto bíblico, a qual tem sido tão nociva à democracia brasileira - basta que se recorde, por exemplo, a presença massiva do discurso religioso nas últimas eleições presidenciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Antiga; Livros didáticos; Israel e Judá.

**ABSTRACT:** This article intends to analyze how certain textbooks approach the ancient history of Israel and Judah, trying to establish a line of historical continuity between “ancient Israel” and the Jewish communities of the contemporary world, a continuity that, evidently, cannot be demonstrated historically. The objective of this work, however, does not reside in the mere criticism of the didactic material, but aims to present proposals to work with the themes on screen in a way that is more aligned with contemporary advances in academic research. Furthermore, the importance of working on these contents in the school environment is highlighted as a way of problematizing a fundamentalist reading of the biblical text, which has been so harmful to Brazilian democracy, it is enough to remember, for example, the massive presence of religious discourse in recent Presidential elections.

**KEYWORDS:** Ancient History; Textbooks; Israel and Judah.

---

\* Mestre e Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia (São Leopoldo – RS). Graduado em História pela UFRGS. Docente de História Antiga na Unifesspa – Marabá. E-mail: berlesi@unifesspa.edu.br

Os livros didáticos estavam nas preocupações dos historiadores e historiadoras da antiguidade muito antes da BNCC (GONÇALVES; SILVA, 2001; SILVA, 2010), mas, sem dúvida, os debates surgidos com o advento da base comum reforçaram o interesse dos pesquisadores pelo ensino de história antiga (MOERBECK, 2021; SANTOS, 2019). É sabido que analisar milênios de história em poucas páginas é um desafio constante para as publicações didáticas, justamente pelas limitações editoriais que as obras sofrem. Determinados conteúdos relativos à história antiga acabam tendo um espaço bastante limitado, caso em que se insere a história antiga de Israel e Judá. Entretanto, tal quadro também se deve a uma predileção pela chamada Antiguidade Clássica, predileção essa que foi reforçada com a publicação do documento da BNCC.<sup>1</sup>

Antes da referida base comum, os conteúdos de história eram regulados pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), os quais não determinavam o que deveria ser ensinado, mas estabeleciam balizas para o currículo de história. Nesse sentido, mesmo não havendo um currículo obrigatório, a história antiga de Israel e Judá estava presente nos LDs<sup>2</sup>. Entretanto, esse cenário mudou. A BNCC de História estabeleceu por escrito os conteúdos a serem ensinados, dentre os quais não figura o chamado “Israel antigo”. Dessa maneira, a BNCC História para o 6º ano do ensino fundamental estabeleceu como objetos de conhecimento: “Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos) [...]” (BNCC História, 2017, p. 420), além de referências aos povos indígenas do Brasil e vários aspectos de Grécia e Roma. Mesmo assim, alguns manuais mantiveram conteúdos acerca do “Israel antigo”, sob a alegação de que o mesmo dialoga com a habilidade EF06HI07<sup>3</sup> requerida pela Base Comum, o que, em certa medida, demonstra a relativa autonomia dos autores no sentido de decidir os conteúdos a serem mantidos em suas obras.

A esse respeito cabe destacar que a publicação da BNCC produziu efeitos práticos nos manuais didáticos, de modo que se constata uma diferença entre os manuais

---

<sup>1</sup> Note-se que as unidades temáticas estabelecidas para o sexto ano do ensino fundamental referem-se a: “A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades”, ou seja, a referência é o “mundo clássico” ao passo que demais grupos humanos são referenciados genericamente como “outras sociedades”.

<sup>2</sup> Usaremos LDs como abreviatura para livros didáticos.

<sup>3</sup> “Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades”. (BNCC, História, 2017, p. 421)

pré e pós-Base Comum. Os livros didáticos do PNLD 2017 e do PNLD 2020 demonstram essa constatação. Para exemplificar a questão, pode-se mencionar os manuais “*História, Sociedade e Cidadania*” e “*Estudar História: das origens do homem à era digital*”, ambos, na versão pré base comum (PNLD 2017), traziam conteúdos relativos à história antiga de Israel e Judá em suas páginas e foram retiradas dos seus exemplares nas versões pós BNCC (PNLD 2020). Frente ao exposto, para a análise a ser empreendida no presente artigo, utilizaremos os referidos manuais na sua versão pré Base, bem como outros dois manuais pós Base que mantiveram conteúdo de história antiga de Israel e Judá em suas páginas, a saber: “*Teláris*” e “*Convergências História*”. Os referidos manuais foram selecionados em virtude do seu uso na rede pública de ensino do município de Marabá, onde atuamos.

## O PRINCÍPIO DO PROBLEMA

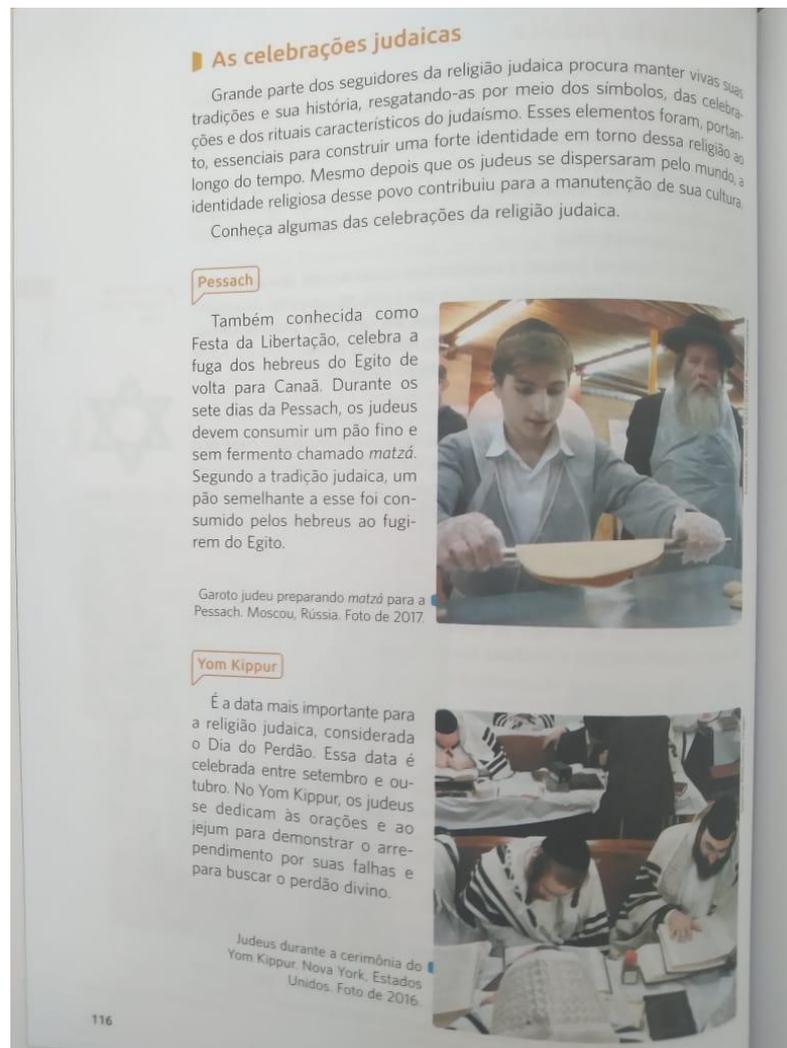
As obras didáticas aqui estudadas estabelecem de forma unânime uma relação entre o “Israel antigo” e as comunidades judaicas contemporâneas (ver, por exemplo, imagens 1 e 2). Em todos os manuais sob análise são perceptíveis imagens que apresentam celebrações ou rituais judaicos atuais em um capítulo que se pretende estudar a história antiga. A ideia geral, evidentemente, é passar ao leitor a percepção de continuidade histórica entre os patriarcas bíblicos e os judeus do mundo moderno. Esse, sem dúvida, é um equívoco das referidas publicações do ponto de vista da pesquisa histórica. A própria continuidade ou correspondência entre a primeira fonte extrabíblica (*Estela de Merneptah*) a citar “Israel” e o relato da Bíblia hebraica parece bastante questionável, como bem pontua Lemche:

[...] quanto ao “Israel” de Merneptah, não deve ser esquecido que não temos ideia segura [...] se existiu uma continuidade política ou étnica entre este Israel e o povo de narrativa do Velho Testamento. A única coisa que as duas entidades podem ter tido em comum é o nome. No entanto, mesmo um Estado moderno nesta região é chamado de “Israel”, embora a relação deste moderno Israel com o Israel antigo – isto é, com o Reino do Norte – é principalmente uma questão de ideologia. (LEMICHE, 2013, p. 172-173), (tradução nossa)<sup>4</sup>.

---

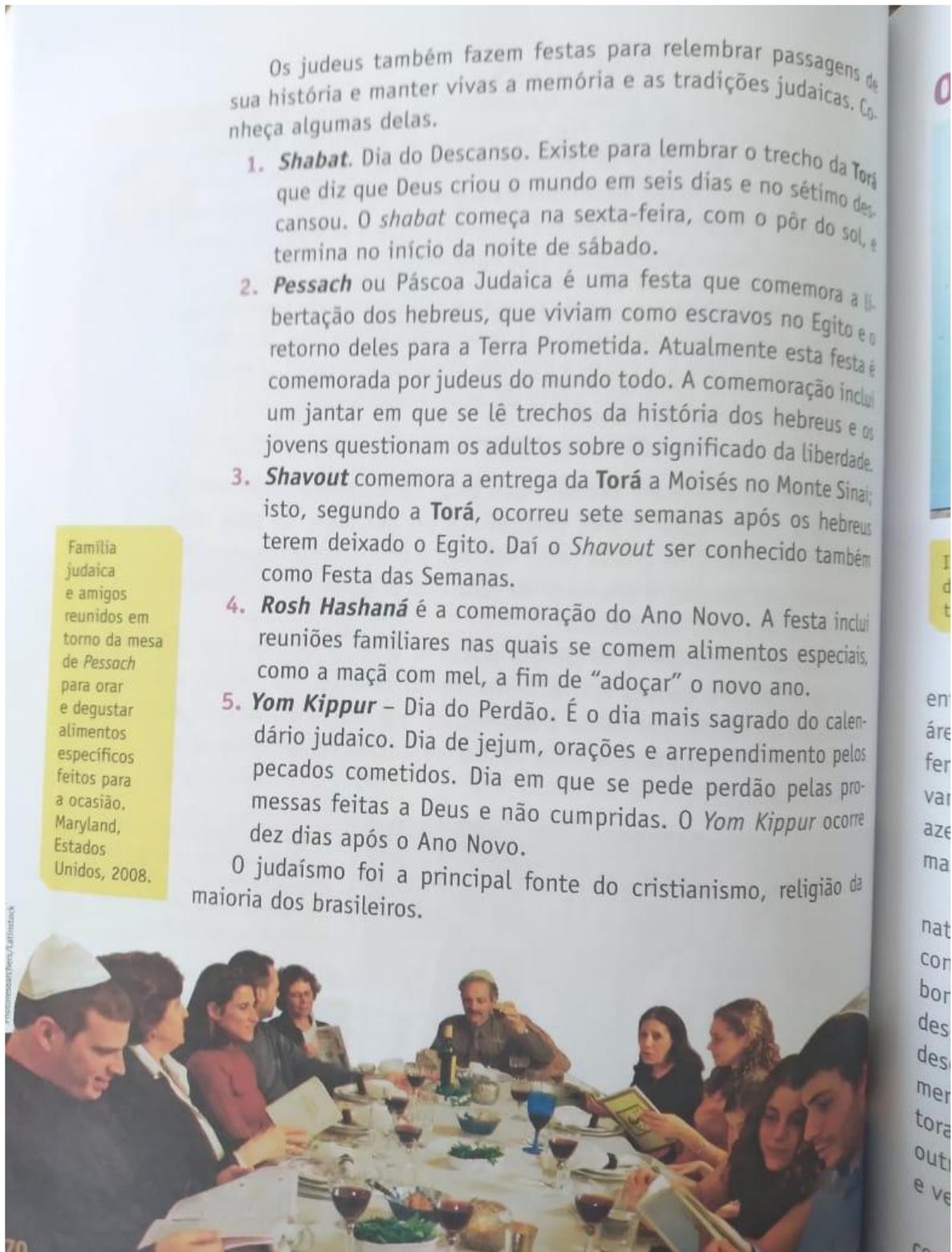
<sup>4</sup> Texto original: “[...] when discussing the “Israel” of Merneptah, it should not be overlooked that we have no assured idea [...] whether there ever existed a political or ethnic continuity between this Israel and the people of Old Testament narrative. The Only Thing the two entities may have had in common is the name. However, even a modern state in this region is called “Israel”, although the relation of this modern Israel to ancient Israel – that is, to the Northern Kingdom – is principally a matter of ideology.”

Portanto, a tentativa de apresentar uma suposta continuidade histórica entre o “Israel antigo” e a comunidade judaica contemporânea desconsidera o fato de que o primeiro praticamente inexistente no registro arqueológico e epigráfico. Israel e Judá são elementos da análise de historiadores e historiadoras por conta da influência do texto bíblico na cultura ocidental, e o avanço da pesquisa sobre Israel e Judá tem mostrado uma história bastante distinta do relato bíblico (DAVIES, 2015; GRABBE, 2007; KAEFER, 2015). De igual modo, a suposta ligação entre os primeiros israelitas e as comunidades judaicas atuais considera que essas últimas se mantiveram herméticas por séculos e séculos de história. Com isso, ignora-se que as comunidades judaicas comportaram uma faceta proselitista, incorporando indivíduos que se converteram ao judaísmo ao longo do tempo em diferentes regiões, como na Ásia ocidental, no Mediterrâneo europeu e no norte da África (PFOH, 2013, p. 819).



**Imagem 1:** Celebrações judaicas

**Fonte:** *Convergências História*, 6º ano, 2018, p. 116. Foto do acervo do autor.



**Imagem 2:** Festas judaicas

**Fonte:** *História, Sociedade e Cidadania*, 2015, p. 170. Foto do acervo do autor.

Não raro, se encontram, igualmente nos livros didáticos, referências à criação do estado de Israel em 1948 como sendo a oportunidade de retorno dos judeus à “terra prometida”, da qual foram expulsos durante a diáspora. Exemplo dessa situação se pode verificar no manual *Teláris*:

Depois da Diáspora, o território da antiga Palestina foi ocupado por diversos povos, principalmente pelos árabes na Idade Média. Os judeus só voltaram a se reunir em um Estado independente em 1948, quando uma determinação da Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Estado de Israel. A criação desse Estado gerou inúmeros conflitos regionais que se estendem até os dias de hoje [...] (VICENTINO, C; VICENTINO, J.B., 2018, p. 106)

Nesse sentido, os manuais reproduzem não uma interpretação pertinente do ponto de vista da história enquanto disciplina, mas sim uma invenção do sionismo que muito se esforçou para criar um suposto vínculo sagrado entre a comunidade judaica e o território da Palestina (SAND, 2011, p. 35-49), somado ao fato de que a menção à diáspora é altamente questionável do ponto de vista histórico, dado que não há paralelo na história romana de uma deportação em massa nessas proporções, sem contar que mesmo antes do ano 70 d.C. já são verificáveis comunidades judaicas estabelecidas fora do território palestinese (PFOH, 2013, p. 819).

Para além disso, os textos didáticos em tela costumam tratar hebreus e judeus como sinônimos, o que, de igual modo, revela-se problemático. Aliás, é importante salientar que “hebreu” é um termo inadequado para se referir aos antigos israelitas, pois é oriundo da literatura bíblica, não tendo respaldo nas evidências arqueológicas ou epigráficas, além de ser uma expressão com diferentes significados dentro da própria Bíblia hebraica, como se observa em Dt 15:12 e Ex 21:2, em que “hebreu” designa um escravo temporário e não um grupo étnico. Em suma, “hebreu” não é um termo que os israelitas usavam como designação para si (LEMICHE, 2013, p.92). De igual modo, “judeu” pode referir-se tanto ao habitante da Judéia, quanto ao praticante de uma determinada religião. De qualquer forma, as publicações didáticas deveriam apresentar que a continuidade histórica entre os primeiros israelitas e os judeus do mundo contemporâneo não pode ser demonstrada historicamente, ou seja, trata-se de uma construção ideológica, fruto da influência do texto bíblico em nossa sociedade.

Evidentemente, a proposição feita acima implicaria em “dessacralizar a tradição cristã” (BARNABÉ, 2014a, p. 36), o que não é uma tarefa simples no contexto de fundamentalismo religioso tão perceptível no Brasil atual. Contudo, é importante destacar

que os livros didáticos em geral, bem como os aqui analisados, já apresentam uma abertura nesse sentido. É muito comum nas referidas obras a afirmação de que o texto bíblico não pode ser tratado como verdade absoluta, que a arqueologia não confirma várias passagens e personagens bíblicos e que a Bíblia foi escrita muito tempo após os acontecimentos que ela própria relata. Esse é um aspecto positivo que deve ser destacado e que eventualmente pode ser aprofundado pelas publicações; melhor dizendo, o primeiro passo já foi dado.

Entretanto, no que concerne ao que ainda precisa ser superado, é primordial que os textos didáticos destaquem os distintos significados do termo “Israel”. A contar do que encontramos atualmente nas publicações didáticas, se torna muito nítida a semelhança da história de Israel apresentada nos LDs com a narrativa bíblica, o que justamente pode gerar a falsa impressão de que há uma continuidade entre o Israel verificável na *Estela de Merneptah* e o moderno Estado de Israel, ou seja, reforça-se a ideia de que se trata de “um só povo”, cultuando um único deus. Portanto, há que se informar que a identificação de um Israel histórico é tarefa difícil do ponto de vista da pesquisa histórica, como bem destaca Pfoh:

O termo “Israel” contém, como já indicamos, uma pluralidade semântica que deve ser considerada e historicizada em cada um dos contextos históricos em que aparece, o que implica estudar cada contexto em que é mencionado, distinguindo o contexto epigráfico-arqueológico do contexto bíblico. Sua muito provável menção na Estela de Merneptah pode referir-se a uma *unidade sócio-política tribal*, de dimensões desconhecidas e que provavelmente nunca conheceremos. Com o posterior reino de Israel, a identificação é mais *territorial e política* do que étnica e menos ainda religiosa: a população do reino era politeísta e não se observa a presença de um monoteísmo “nacionalista”, diferentemente do que lemos no Antigo Testamento; dito monoteísmo é posterior ao século VI a.C. Com relação ao reino de Judá, a identificação que podemos considerar corresponde também a uma descrição territorial e política como elementos aglutinadores predominantes. É a partir da dominação persa do antigo Oriente Próximo e, especialmente, durante a expansão do helenismo na Ásia ocidental que podemos encontrar uma identificação do termo “Israel” com um crescente significado *religioso*, levado a sua máxima expressão com o reinado teocrático dos macabeus. Não obstante, dita expressão tem como manifestação nas fontes escritas o termo “judeu”, um apelativo primeiramente geográfico, que denota aqueles que são oriundos da província de Yehud/Judeia e que posteriormente refere-se àqueles que praticam um determinado culto religioso. (PFOH, 2015, p.08), (tradução nossa)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Texto original: “El término «Israel» contiene, como ya indicamos, una pluralidad semántica que debe ser considerada e historizada en cada uno de los contextos históricos en los que aparece, lo cual implica estudiar cada contexto en el que es mencionado, distinguiendo el contexto epigráfico-arqueológico del contexto bíblico. Su muy probable mención en la Estela de Merenptah puede referir a una *unidad sociopolítica tribal*, de dimensiones desconocidas y de la

A pluralidade de “Israéis” (DAVIES, 1992, p.16-18) evidentemente não é abordada nos livros didáticos. Em parte, isso se deve a uma carência de pesquisas acerca dessa temática no âmbito da história antiga enquanto área acadêmica no Brasil, a qual se ocupa essencialmente como o passado Greco-romano. Contudo, essa ausência nos livros didáticos também pode estar relacionada aos impactos que uma publicação “revolucionária” poderia causar no ambiente escolar, ou seja, a comunidade escolar possivelmente reagiria a uma história de Israel e Judá diametralmente oposta ao relato bíblico, sem contar o fato de que:

[...] inovações nos livros didáticos de História são negociadas entre permanências e consensos em decorrência do próprio funcionamento da disciplina escolar. Para as editoras uma inovação é aceita quando o mercado – ou seja, os professores – acatam. Como são poucos docentes do atual quadro da rede de ensino básico que cursaram História Antiga com especialista, de nada adiantaria reformulações radicais, pois os professores não se sentiriam à vontade em trabalhar de uma maneira como nunca fizeram antes. Por isso, é impensável uma ruptura total com os paradigmas anteriores. (BARNABÉ, 2014b, p.124-125)

De qualquer modo, este é um problema que precisa ser enfrentado. O corpo discente precisa tomar conhecimento de que a literatura bíblica pode ser uma das fontes utilizadas pelos historiadores e historiadoras, mas que ela não configura uma fonte especial, superior às demais, dotada de “inspiração divina”. Soma-se a isso o fato de que o relato bíblico não foi elaborado com o intuito de ser um relato histórico e que, portanto, a noção de história dos redatores bíblicos difere da concepção moderna:

[...] “História” não é algo que podemos saber “como ela realmente aconteceu”. A história é válida apenas como um meio para compreender, por exemplo, a vontade divina, ou para apresentar uma versão sobre as origens de determinadas pessoas. Na Bíblia, o passado evocado oferece um cenário no qual a vontade de Yahweh é

---

cual no podemos establecer una identidad étnica. Este dato nos es desconocido y probablemente nunca lo sepamos. Con el posterior reino de Israel, la identificación es mayormente *territorial* y *política* antes que étnica y en absoluto religiosa: la población del reino era politeísta y no se observa la presencia de un monoteísmo 'nacionalista', a diferencia de lo que leemos en el Antiguo Testamento; dicho monoteísmo es posterior al siglo VI a.C. Con respecto al reino de Judá, la identificación que podemos considerar corresponde a una adscripción también territorial y política, como elementos aglutinantes predominantes. Es a partir de la dominación persa del Próximo Oriente antiguo y, especialmente, durante la expansión del helenismo en Asia occidental que podemos encontrar una identificación del término «Israel» con una creciente adscripción *religiosa*, llevada a su máxima expresión con el reinado teocrático de los macabeos. No obstante, dicha expresión tiene como manifestación en las fuentes escritas al término «judío», un apelativo primeramente geográfico, que denota a quienes provienen de la provincia de Yehud/Judea, y que posteriormente refiere a quienes practican un determinado culto religioso”

realizada. Aqui a história - uma palavra desconhecida em hebraico - é o *local* em vez do *tempo* em que os eventos ocorrem, onde uma relação arquetípica entre Yahweh e seu povo escolhido acontece. Para os gregos, a historiografia é o resultado da investigação das causas de situações presentes. Os antigos romanos a entenderam como memória e, juntamente com o exemplo grego, a “memória” teve um papel importante a desempenhar nos assuntos políticos de seu próprio tempo. Nesses três casos, encontra-se um tratamento do passado, embora em nenhum deles houvesse historiadores profissionais escrevendo “história” [...]. (PFOH, 2009, p. 47), (tradução nossa)<sup>6</sup>.

Desfazer uma imagem já cristalizada da história de Israel e Judá é, sem dúvida, o desafio da área de história para as próximas gerações. Aliás, insistimos nos termos “Israel e Judá” justamente por conta do que há de mais atualizado na pesquisa desse campo. É preciso superar a ideia de um “Israel antigo” como sendo o passado comum de diferentes grupos humanos que habitaram a Palestina. Nesse sentido:

[...] não se pode deixar de mencionar que Israel e Judá, mesmo sendo grandezas políticas diferentes, gozavam de similaridades evidentes, tais como: a adoração a lahweh, bem como outras divindades cananeias, como EL, Baal e Asherá; lendas de heróis comuns; e mitos de fundação parecidos. Além disso, a língua falada em Israel e em Judá era muito próxima (cf. FINKELSTEIN, 1999, p. 48). Ainda assim, as sociedades que compunham esses reinos eram muito distintas, não só em sua demografia e ecossistema, mas também em sua cultura, economia e relacionamento com os demais reinos levantinos: “resumindo, Israel e Judá viveram histórias bem diferentes e desenvolveram culturas distintas. De certo modo, Judá era a hinterlândia rural de Israel” (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p. 221). Isso está em consonância com a premissa apontada por Júlio Zabatiero, que defende que Israel e Judá sempre existiram como grandezas políticas distintas, mas que mantinham relações constantes desde a sua pré-formação reinol (cf. ZABATIERO, 2013, p. 109).

Levando essa diferença em conta, devemos entender Israel e Judá de forma distinta e independente um do outro. Por isso, concebemos que não devemos empregar os termos generalizantes “Israel” ou “História de Israel” para referenciar a história dos dois reinos, como se fossem um só. “Portanto, o uso das expressões ‘Reino do Norte’ e ‘Reino do Sul’ deveria ser extinto em nossos escritos bíblicos” (KAEFER, 2020, p. 407). O receio de usar o termo “Israel” de forma generalizante se pauta na questão de se levar em conta a individualidade de cada um dos reinos, suas histórias e mecanismos sociais. Já o receio de usar as expressões “Reino do Norte” e “Reino do Sul” paira na questão de que, ao usarmos, dá-se a entender que ambos os reinos já fizeram parte de um todo unificado e depois se separaram, tal como trazido pela Bíblia Hebraica. Mas isso não é condizente com o quadro delineado pela

<sup>6</sup>Texto original: “[...] ‘history’ is not something we can know ‘as it actually happened’. History is only valid as a means to comprehend, for instance, the divine Will, or to give an account of the origins of a certain people. In the Bible, the past evoked offers a scenario wherein Yahweh’s will is performed. Here history – a word unknown in Hebrew – is *the place* rather than *the time* where events occur, where an archetypal relationship between Yahweh and his chosen people happens. For the Greeks, historiography is the result of investigating the causes of present situations. The ancient Romans understood it as memory, and together with the Greek example, such ‘memory’ had an important role to play in the political affairs of their own time. In these three cases a treatment of the past is found, though in none of these were there any professional historians writing ‘history’ [...].”

historiografia contemporânea, tornando-se cada vez mais recomendável usar os nomes originais dos reinos para se referir a eles. (CARMO, 2023, p. 34).

Frente ao exposto, é possível ter dimensão dos desafios a serem superados no trato da história antiga de Israel e Judá em âmbito escolar. Em grande medida, as informações acerca desse conteúdo que permanecem nas publicações didáticas guardam forte dependência da narrativa bíblica, a qual é essencialmente um testemunho religioso, e não o registro de acontecimentos históricos (DAVIES, 2015; LEMCHE, 2013).

### **MONOTEÍSMO E JUDAÍSMO**

Para além dos desafios já apresentados, as publicações didáticas necessitam, de igual modo, demonstrar que tanto o monoteísmo israelita quanto o judaísmo são construções históricas. É importante que se diga isso por conta da permanência de uma percepção nos LDs de que ambas crenças aqui referidas nasceram prontas, ou melhor, não se problematiza o processo de construção histórica de ditas crenças e, além disso, se estabelece um contraste com as crenças de outros grupos humanos da antiguidade, tachados genericamente de “politeístas”, como se os primeiros israelitas também não cultuassem um conjunto de divindades.

Essa prática do contraste pode resultar bastante nociva ao público estudantil, pois da maneira como é apresentada não permite que se fomente um debate sobre tolerância religiosa, embora alguns manuais na versão “manual do professor” alertem para a importância dessa discussão. Nossa tradição cultural judaico-cristã se estabeleceu afirmando uma suposta superioridade sobre outros conjuntos de crenças, não raro, estabelecendo uma oposição entre religião (ocidente) *versus* magia (culturas não ocidentais) (CHEVITARESE; JUSTI, 2022). Sendo assim, demonstrar o quanto o monoteísmo e, posteriormente, o judaísmo absorvem de culturas vizinhas é um passo importante no diálogo sobre a tolerância religiosa.

O manual “*História, Sociedade e Cidadania*” (2015) chega a mencionar, nas perguntas que abrem o capítulo “Hebreus, Fenícios e Persas”, a seguinte indagação: “Os judeus acreditavam em vários deuses ou em um único deus?” (BOULOS, 2015, p. 161). A pergunta que consta na abertura do capítulo, contudo, não é respondida ou mesmo abordada no decorrer do texto. Em todo caso, a referida indagação abre ao docente a possibilidade de abordar o tema em sala de aula.

Assim como se estabelece uma conexão direta entre “hebreus” e judeus, os manuais didáticos, em geral, repetem a mesma conexão entre monoteísmo e judaísmo, ou seja, a construção histórica de ambas fica ausente da discussão. Nesse sentido, seria importante utilizar as informações da Bíblia hebraica como ferramenta para a discussão em sala de aula. Uma boa tradução do texto bíblico<sup>7</sup> permitiria ao docente demonstrar a existência de um panteão de divindades entre os primeiros israelitas, de modo que a visualização da construção histórica do monoteísmo se tornaria mais perceptível, ou melhor, o corpo discente teria condições de entender, historicamente, a passagem do politeísmo para a monolatria e dessa para o monoteísmo<sup>8</sup>, que futuramente legará para o judaísmo o deus Javé.

Frente ao exposto, utilizaremos o exemplo de dois manuais para demonstrar como o uso de determinados versículos bíblicos pode servir como base da discussão acerca do processo de construção da fé em uma única divindade. Sendo assim, os manuais *Estudar História* e *Teláris* apresentam as seguintes informações:

Quando você estudou os antigos egípcios e os povos da Mesopotâmia, percebeu que todos eles, na maior parte de sua história, veneravam vários deuses. Neste capítulo, ao estudar o povo hebreu, você concluirá que a religião talvez fosse a principal diferença cultural entre a civilização hebraica e as demais civilizações antigas. Isso porque os hebreus acreditavam em um único Deus.

O monoteísmo, ou seja, a crença na existência de um deus único, além de ser uma marca diferencial no mundo antigo, também foi o principal legado dos hebreus para as sociedades atuais. Em razão disso, as três principais religiões monoteístas da atualidade, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, têm sua origem nas crenças e tradições dos antigos hebreus.

As três religiões têm um tronco comum porque compartilham a crença em Abraão, o patriarca fundador do monoteísmo hebraico. De acordo com a tradição bíblica, Abraão, certo dia, recebeu uma mensagem divina para partir com sua família do sul da Mesopotâmia, onde vivia, em direção a Canaã (Palestina), para ali estabelecer o povo de Deus. (BRAICK, 2015, p. 116)

A religião foi um fator importante na união dos hebreus e o principal elemento na formação do seu Estado. Nos tempos mais remotos eram politeístas. Mais tarde firmaram a adoração a apenas um deus, Jeová (ou lahweh), prevalecendo o monoteísmo. Acreditavam na vinda do messias, um libertador que os levaria a um novo tempo de paz, justiça e liberdade. Esses princípios serviram de base para o cristianismo e o islamismo.

Entre os rituais e crenças dos hebreus podemos citar: a santificação do sábado, considerado o sétimo dia da criação do mundo; a comemoração da Páscoa, para lembrar a libertação da escravidão e sua saída do Egito, e o Pentecostes, que comemora o recebimento dos Dez Mandamentos por Moisés.

---

<sup>7</sup> No Brasil destacamos a Nova Bíblia Pastoral e a Bíblia de Jerusalém.

<sup>8</sup> Um bom estudo desse processo pode ser visto em Reimer (2009) e Römer (2016).

Uma importante herança cultural desse povo foi a consolidação do aramaico como escrita e língua mais difundida na Ásia ocidental. (VICENTINO, C. ; VICENTINO, J.B., 2018, p.102)

No primeiro exemplo, verifica-se mais intensamente a prática do contraste salientando a diferença entre os “hebreus” e os outros grupos humanos da antiguidade. No segundo caso, contudo, há uma breve referência ao fato de que os “hebreus” foram politeístas. Ambas as citações poderiam dialogar com textos da Bíblia hebraica para enriquecer o debate. Começando pelo segundo caso, a menção ao culto a um conjunto de divindades é bastante nítida no texto bíblico, como se pode verificar em Salmos 82: 1. Talvez ainda mais evidente seja o versículo de Dt 32: 8,9, no qual o próprio deus Javé aparece numa posição de inferioridade, sendo colocado como filho do deus cananita El<sup>9</sup>. No que concerne ao primeiro exemplo, um bom contraponto seria o versículo de Ex 6: 2,3, em que fica evidente que o deus Javé não era cultuado nos primórdios de Israel.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A situação até aqui exposta permite perceber que, no estudo da história antiga na educação básica, é muito comum que os conteúdos pertinentes a Israel e Judá sejam tratados a partir da perspectiva apresentada na Bíblia hebraica. Desde muito cedo, a educação pública no Brasil faz crer aos estudantes que a Bíblia contém um relato histórico da intervenção divina em favor de Israel. Assim, reforça-se a ideia de que a Bíblia é um livro sagrado e, portanto, não pode ser questionado. O peso da moral judaico-cristã em nossa sociedade nos permitiu absorver a ideia de que a trajetória histórica de Israel é marcada pela intervenção divina, e é bastante plausível supor que o educando(a) presente no ambiente escolar tenha internalizado exatamente essa percepção. Desse modo, a intervenção divina na história não é percebida como anormal.

O uso acrítico de passagens bíblicas nos LDs permite que a informação bíblica seja apresentada como uma memória histórica autêntica, embora descrita em linguagem religiosa. Por si só, é altamente problemático que os manuais escolares preservem o chamado período patriarcal<sup>10</sup> como parte integrante do passado de Israel e Judá, porém, a apresentação de passagens bíblicas, como o “chamado de Abraão”, podem ter um efeito

---

<sup>9</sup> Várias divindades importantes na Bíblia hebraica foram absorvidas do panteão cananeu. A esse respeito veja-se Moura(2016).

<sup>10</sup> A respeito da impossibilidade dos relatos patriarcais serem tomados como históricos veja-se: GUNNEWEG, 2005, p. 44-45.

ainda mais nocivo para o entendimento da história, ao passo que permitem ao educando(a) referendar a noção de intervenção divina na trajetória humana, o que é absolutamente incompatível com o entendimento dos historiadores e historiadoras profissionais, para os quais a história é fruto exclusivo da ação humana, ou seja, intervenção divina não pode, sob hipótese alguma, ser empregada como variante de explicação histórica.

Embora essa seja uma questão espinhosa para um país maciçamente religioso como o Brasil, é importante que o estudo da história de Israel e Judá, no ambiente escolar, coloque esses grupos humanos em pé de igualdade com os seus vizinhos no contexto do Antigo Oriente Próximo, o que significa desfazer a ideia de um “povo escolhido” que contou com a ajuda sobrenatural durante a sua trajetória histórica. É muito provável que a bagagem que o estudante traz ao chegar ao ambiente escolar esteja em diálogo com a noção de que Israel diferencia-se dos outros grupos humanos no mundo antigo por ter sido aquele que conheceu e se relacionou com o “deus verdadeiro”, ao passo que as outras sociedades desse contexto inventaram suas próprias divindades.

Por fim, entendemos que esse estado do ensino da história antiga de Israel e Judá não contribui para que se desfaça uma leitura fundamentalista do texto bíblico. O recente e trágico 08 de janeiro de 2023 demonstrou que o fundamentalismo religioso cristão foi determinante na tentativa de sepultar o Estado democrático de direito no Brasil. Rezas, cânticos e celebrações religiosas<sup>11</sup> foram entoadas nas sedes invadidas dos três poderes da república.

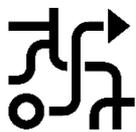
Alguns dos detidos e detidas nos atos antidemocráticos recentemente declararam que foram arregimentados em suas comunidades religiosas e tiveram sua ida a capital federal custeada por igrejas. Tal cenário, seguramente, só se tornou possível graças a uma interpretação delirante do texto bíblico usada de modo conveniente para fomentar paixões políticas reacionárias<sup>12</sup>. Exemplo disso pode ser visto na leitura do versículo de Jz 10:03<sup>13</sup>, usado como arma política para incendiar a esperança de vitória do candidato derrotado nas urnas nas últimas eleições presidenciais. Portanto, o ensino da história antiga de Israel e Judá nas escolas, amparado pelas recentes pesquisas acadêmicas aqui

---

<sup>11</sup><https://apublica.org/2023/01/a-face-religiosa-do-terrorismo-pastores-articularam-caravanas-e-convocaram-ataques-em-bsb/>, acesso em 21/03/2023.

<sup>12</sup> Nesse sentido, veja-se o documentário produzido pela BBC Brasil: “Os profetas do bolsonarismo”: <https://www.youtube.com/watch?v=QVLYafGRvA4>, acesso em 21/03/2023.

<sup>13</sup> <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/em-aniversario-com-bolsonaro-malafaia-cita-gilead-de-o-conto-da-aid/> Acesso em 21/03/2023.



referenciadas, pode efetivamente contribuir para um diálogo de tolerância em que o texto bíblico não seja visto como uma espécie de “verdade revelada”. Com base nisso, demonstra-se a importância da permanência desse conteúdo no ambiente escolar, o que, entretanto, não está garantido com a atual redação da BNCC.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA

BARNABÉ, Luís Ernesto. De olho no presente: História antiga e livros didáticos no século XXI. *Opsis*, v. 14, p. 114-132, 2014a.

BARNABÉ, Luís Ernesto. História antiga e livros didáticos no século XXI: inovações e permanências. *Alétheia*, Goiânia, v. 9/2, p. 31, 2014b.

CARMO, Matheus da Silva. *Israel e Judá como um só povo: a formação da Ideologia Pan-Israelita entre os séculos VIII a.C. e VI a.C.* Dissertação (Mestrado em História) - UFJF, Juiz de Fora, 2023.

CHEVITARESE, André Leonardo; JUSTI, Daniel Brasil. *Jesus, o mago: um olhar (ainda) negligenciado sobre Jesus de Nazaré*. 1. ed. Rio de Janeiro: Menocchio Editora, 2022.

DAVIES, Philip R. *In Search of 'Ancient Israel'*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1992.

DAVIES, Philip R. *The History of Ancient Israel: A Guide for the Perplexed*. London: Bloomsbury T & T Clark, 2015.

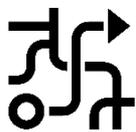
GRABBE, Lester L. *Ancient Israel: What do We Know and How do We Know It?* London: T & T Clark, 2007.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; SILVA, Gilvan Ventura Algumas Reflexões sobre os Conteúdos de História Antiga nos Livros Didáticos Brasileiros. *História & Ensino* (UEL), Londrina, v. 7, p. 123-142, 2001.

KAEFER, José Ademar. *A Bíblia, a Arqueologia e a História de Israel e Judá*. São Paulo: Paulus, 2015.

LEMICHE, Niels Peter. *Changing Perspectives 3: Biblical Studies and the Failure of History*. Durham: Acumen Publishing, 2013.

MOERBECK, Guilherme. Em defesa do ensino da História Antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial. *Brathair* (online), v. 1, p. 50-91, 2021.



MOURA, Rogério Lima. A Cidade de Ugarit: Contribuições Para o Estudo da Religião do Antigo Israel. *Revista Nures*, v. 32, p. 1-20, 2016.

PFOH, Emanuel. ¿Cúando comienza la historia de Israel en la antigua Palestina? Apuntes para una discusión. Barcelona: *Historiae* vol. 12, 2015.

PFOH, Emanuel. Memoria, Historiografía y Política: Shlomo Sand y la invención del pueblo judío. *Estudios de Asia y Africa* 48/3, Ciudad de Mexico: Colmex, 2013.

PFOH, Emanuel. *The Emergence of Israel in Ancient Palestine: Historical and Anthropological Perspectives*. London: Equinox, 2009.

REIMER, Haroldo. *Inefável e sem forma: estudos sobre o monoteísmo hebraico*. Goiânia; São Leopoldo: Editora da UCG; Oikos, 2009.

RÖMER, Thomas C. *A origem de Javé: o Deus de Israel e seu nome*. São Paulo: Paulus, 2016.

SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo*. São Paulo: Benvirá, 2011.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. O ensino de história antiga no Brasil e o debate da BNCC. *Outros Tempos* (online), v. 16, p. 128-145, 2019.

SILVA, Semíramis Corsi. Aspectos do Ensino de História Antiga no Brasil: algumas observações. *Alétheia*, Goiânia, v. 1, 2010.

## FONTES

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*. 6º ano. São Paulo: FTD, 2015.

BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. 6º ano. São Paulo: Moderna, 2015.

CHIBA, Charles; MINORELLI, Caroline. *Convergências História*. 6º ano. São Paulo: SM Editora, 2018.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris História*. 6º ano. São Paulo: Editora Ática, 2018.

Recebido em 15/03/2023

Aprovado em 12/07/2023